

REVISTA HISTORAR

Joelma Tito da Silva

Doutoranda em História Social pela - UFC

*ILUSÃO, VERDADE E NAUFRÁGIOS DO
TEMPO*

Resumo

Este artigo trata das experiências temporais presentes no romance o Ateneu e nos escritos científicos de Raymundo Nina Rodrigues e Silvio Romero. A partir dos conceitos de *regimes de historicidade* (F. Hartog) e *anacronia* (J. Rancière) objetivamos discutir como a conhecida consolidação moderna do tempo linear e transitório foi perturbada pelas fissuras e crises que produzem os naufragos do tempo, a tatear entre o passado, presente e futuro.

Palavras-Chave: Teoria da História – Anacronias - Regimes de historicidade.

Abstract

This article deals with the temporal experiences in the novel the Athenaeum and scientific writings Raymundo Nina Rodrigues and Silvio Romero. Based on the concepts of historicity (F. Hartog) and anachrony (J. Rancière) schemes aim to discuss how the known modern consolidation of linear and transient time was disturbed by cracks and crises that produce the castaways of the time, groping between past, present and future.

Keywords: Theory of History - Anacronias - regimes of historicity.

1. Ordens do tempo e anacronias

A intuição do passado como dado objetivo para a história desde o século XVIII “fizera do tempo o elemento impensado de uma disciplina que não deixava de utilizá-lo como um instrumento taxonômico”¹. Essa passagem de Michel de Certeau, recuperada por François Hartog, resume de forma especialmente feliz a relação de aproximação e distanciamento estabelecida entre o historiador e o tempo nos últimos trezentos anos. Aproximação porque aprendemos, desde cedo, que é condição do fazer história o lidar com as lógicas temporais, tais como os recortes, os contextos, as durações curtas e longas, a cronologia etc. Não seria essa relação íntima que confere sentido a conhecida máxima de Marc Bloch, segundo a qual a história é a ciência dos homens do tempo²? Sem a percepção da alteridade e do movimento seria pensável a existência de uma escrita da história? Não há dúvidas, o tempo subjaz a disciplina que o nomeia e o organiza pela escrita e o historiador lida, necessariamente, com tal dimensão mesmo quando não se propõe a pensá-la. Ocorre que a presença necessária do tempo como elemento inerente à produção historiográfica provocou um distanciamento, uma ausência.

Ora, ao tornar-se autoevidente, a experiência temporal deixa de ser interrogada nas diferentes articulações entre passado, presente e futuro. Essa é a advertência de Hartog que nos convida a indagar o tempo no interior de suas múltiplas possibilidades. Sendo assim, o pretérito pode nos aparecer como algo mais que um dado perdido em algum lugar na espiral do tempo, sujeito à régua cronológica dos recortes que o organiza e delimitado pelas coincidências seguras entre o agente histórico e o contexto. Ao contrário, os acontecimentos que se tornam objetos do historiador se conformam a “multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos do tempo incluídos em um ‘mesmo’ tempo”. Essa “é a condição do agir histórico”, diz Jacques Rancière na sua recusa a noção de anacronismo e defesa da existência de anacronias como “modos de conexão” entre “acontecimentos, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, toda a identidade do tempo com ele mesmo”³. O passado não é um presente puro do que foi possível ser em um dado contexto, mas, é formado por experiências temporais a comportar expectativas, a reinventar, a seu modo, aquilo que o antecedeu e deixou de ser.

Não se trata de pensar o tempo a partir de referências externas, como ocorre, por exemplo, com o tempo geográfico que se move lentamente a seguir os ritmos impostos pelo meio, noção

¹ CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise – entre ciência e ficção**. 2011.

² BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. 2001. p.55.

³ RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e verdade do historiador. In: SOLOMON, Marlon. **História, verdade e tempo**. 2011. p.47-49.

formulada por Ferdinand Braudel para o estudo das longas durações⁴, mas de interrogar as relações que estabelecemos com diferentes ordens temporais, de modo a perturbá-las, a invadi-las, a corroê-las pela dessemelhança. Como afirma Rancière, a diferença é a condição de toda a história, pois desfaz o acordo velado entre tempo, eternidade e verdade⁵. François Hartog segue essa mesma linha de raciocínio ao propor o uso heurístico da categoria de *regimes de historicidade* como ferramenta útil a indagação das crises e tensões que se operam na ordem do tempo.

Em consonância com o estudo da semântica dos tempos históricos de H. Koselleck, Hartog identifica, no século XVIII, a passagem do regime antigo de historicidade – no qual as histórias orientavam-se pelos exemplos, pelo retorno, por um passado que se igualava ao futuro pela repetição, ainda que o cristianismo instaurasse a espera do juízo final num tempo transcendente e linear, o futuro já era conhecido, nada de novo aconteceria até que todos se encontrassem com a eternidade – para o regime moderno, que concebe a ideia de história como um singular coletivo. Em estudo no campo da língua alemã, Koselleck encontra na substituição de *Historiae* (termo de origem latina que significa relato) para *Geschichte*, (referente ao acontecimento em si) o indicativo de que, em meados do Setecentos, as histórias exemplares cederam lugar a história universal e o tempo tornou-se imanente ao próprio tempo. A partir daí, o futuro se abre ao inédito e o progresso emerge como palavra de ordem. Não é de se estranhar que, no início do século XX, ao analisar o porvir incerto de um país mestiço, o médico brasileiro Raymundo Nina Rodrigues lançasse mão da esfinge como metáfora para o futuro. O enigma proposto por tal esfinge do tempo estava a devorar, em angústias e expectativas, a duração transitória do presente.

Koselleck considera que na estrutura temporal moderna, orientada pelo ponto de vista do futuro, o presente é sempre transitório e o tempo histórico é concebido enquanto produto da distância entre os *espaços de experiências* e o *horizonte de expectativas*, alargada pela aceleração, cada vez mais intensa, das mudanças⁶. É precisamente no intervalo a separar as experiências e as expectativas que François Hartog situa suas indagações acerca da relação que estabelecemos com o passado, presente e futuro, de modo a evocar momentos de tensões e crises na ordem do tempo. Nesse sentido, a categoria de regimes de historicidade torna-se operacional:

Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e vivenciar nosso próprio tempo⁷.

Há, sem dúvida, correspondências entre essa operação conceitual e a noção de “tipo ideal”

⁴ BRAUDEL, Ferdinand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. 1983. p.25.

⁵ RANCIÈRE, Jacques. Op.cit. p. 45-47.

⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. 2006. p.289.

⁷ HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da História: a ordem do tempo. In: **Rev. de História**. 2003. p.12.

cunhada por Max Weber. Por isso mesmo, é certo que não encontraremos tratados sobre os *regimes de historicidade* nas fontes, adverte François Hartog ao enfatizar a contemporaneidade de tal categoria, utilizada por ele como uma ferramenta heurística na análise histórica dos movimentos de idas e vindas do/no tempo, dos passados e dos futuros em disputa, do presentismo⁸. O uso de categorias formais não contemporâneas aos acontecimentos transformados em objeto específico de pesquisa é entendido por Koselleck como uma das possibilidades abertas ao historiador quando este “mergulha no passado” e transforma vestígios em fontes. O outro caminho é o da linguagem dos documentos. Esses dois tipos de linguagem (da ciência e das fontes) podem distinguir-se ou estar associados entre si, “mas não o estão necessariamente”⁹.

No trabalho que ora desenvolvemos acerca das tensões do tempo, a partir do estudo sobre Nina Rodrigues, o conceito formal de *regimes de historicidade* é, particularmente, operacional, pois, nos propomos a entender os pontos de inflexão que abalaram, no final do século XIX e início do XX, o desejo de conciliação entre a história do Brasil e a marcha da história universal, rumo à civilização, num momento de crítica direta ao romantismo e à sedução da retórica. Sendo assim, a nossa hipótese de trabalho é a de que o descompasso alegado entre a modernidade, retoricamente celebrada, e o tempo, entendido como verdadeiro, no qual se inseria o Brasil foi mobilizada, por Nina Rodrigues, em duas frentes: a primeira consistia na análise da composição mestiça do brasileiro como negação à existência de um povo unificado. Aqui o enigma do futuro resulta da transitoriedade do tempo, marcada no corpo, nas heranças físicas e morais, na qual subsistia a grande esfinge do por vir: “o problema do negro”, entendido não só do ponto de vista atávico, mas, principalmente, de suas sobrevivências culturais. Em outras palavras, o tempo acelerado do progresso, dos bondes, das largas ruas, da circulação dos jornais, reservado a alguns poucos, estava tensionado com outro, abrangente, disseminado e desacelerado. A segunda refere-se à exigência de uma racionalização nas instituições (penais, médicas, de ensino e de assistência pública). A reforma do aparelho do estado e adoção de uma atitude científica, baseada na observação do real, geradora de novos fatos científicos romperia com o tempo lento da compilação, da repetição, da cópia.

Na Memória Histórica de 1896, Nina Rodrigues aborda o pouco tempo dedicado pelos seus pares ao exercício da ciência nos laboratórios da Faculdade de Medicina da Bahia, para constatar que a vida científica no interior daquela instituição de ensino era precária, dissonante com o ritmo veloz das descobertas. O contraponto consistia, portanto, na recusa do enquadramento retórico da realidade pelo uso de fórmulas vitoriosas e produzidas nos meios acadêmicos internacionais a transformar em semelhante o dessemelhante. A “realidade” – concebida enquanto um mundo de coisas desconhecidas – deveria ser desvendada pelo trabalho racional e prático. Como vimos, as

⁸ HARTOG, François. **Regimes de historicidade** – presentismo e experiências do tempo, 2012. p.36

⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Op.cit.*, p.305-6.

formulações sobre o lugar ocupado pelo Brasil na marcha do tempo universal possuem nuances que nem sempre coincidentes havia muito mais em jogo do que sugere a seguinte conclusão de Melo Moraes e Filho: “No santuario commum da humanidade, as nacionalidades celebram separadamente seus ritos. É d’esse templo que os séculos vem desfilar as bandeiras diversas cada povo, symbolisadas nos seus gênios nas sciencias, artes e letras”¹⁰. Parece que não havia certeza quanto a figura que os “gênios” brasileiros fariam nesse santuário comum da humanidade.

2 Naufrágios do tempo: ilusão, realidade e memória

Recorramos, então, a um romance para lançarmos alguma luz sobre as articulações entre diferentes dimensões temporais. Vamos começar com a questão da transitoriedade do presente em relação ao passado e ao futuro, entre outras coisas, porque ela explica escolha do título deste trabalho. A referência ao “naufrago do tempo” aparece na passagem do livro *O Ateneu*¹¹, em que Sérgio, interno em um colégio para rapazes, recebe uma carta de Paris enviada por seu pai. Nela, lê-se o seguinte:

... Salvar o momento presente. A regra moral é a mesma da atividade. Nada para amanhã, do que pode ser hoje; salvar o presente. Nada mais preocupe. O futuro é corruptor, o passado é dissolvente, só a atualidade é forte. Saudade, uma covardia, apreensão outra covardia. O dia de amanhã transige; o passado entristece e a tristeza afrouxa. Saudade, apreensão, esperança, vãos fantasmas, projeções inanes de miragem; vive apenas o instante atual e transitório. É salvá-lo! salvar o naufrago do tempo¹².

Aqui, o naufrago torna-se metáfora para o presente, tempo em fuga que, ao atualizar-se se esvai constantemente ameaçado pelas saudades (passado) e pelas apreensões (futuro). A advertência do pai ao filho nos coloca diante de uma consciência moderna do movimento, do tempo enquanto transitoriedade, sem fim ou começo. Desafiando qualquer enquadramento rígido e, certamente inaplicável, em correntes literárias no Brasil e, precariamente, situado por seus analistas nas regiões fronteiriças do impressionismo, romantismo, realismo ou simbolismo, o livro de Pompéia evoca, através da carta, o desencanto de um homem recluso numa grande cidade. Atormentado pelas contingências do tempo e doente, ele carrega a sensação de que a vida lhe escapa, numa efervescência acessível apenas aos outros que passam e desaparecem. Abre a janela e contempla, triste, o espetáculo da ebulição animada e ruidosa dos que se movem efusivos pelo

¹⁰ MORAES FILHO, Melo. **Curso de Literatura Brasileira ou Escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionaes antigos e modernos**, 1895. p.6.

¹¹ Definido por Alfredo Bosi como uma metáfora ao Segundo Reinado, o *Ateneu* foi escrito por Raul Pompeia em 1888. Cf. BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 1974. p.203.

¹² POMPEIA, Raul. **O Ateneu**. 1997. p.211.

bulevar a carregar sonhos arrivistas de fortunas. Diante desse quadro que vislumbra de dentro para fora, da janela para o bulevar, de Paris para o Ateneu, o remetente conclui “a agitação não faz bem”, pois trata-se de uma efervescência sem duração e, apenas a consciência do momento, poderia servir de alento e escape para as ilusões das saudades e das esperanças.¹³

O futuro incerto, sombrio ou luminoso importava, assim como o passado revelador ou perdido, mesmo que a evocação das categorias temporais sejam mobilizadas para demonstrar desencanto ou desilusão, numa fórmula que a crítica literária do não cessou de definir a partir do *topos* do pessimismo. Os “céticos” em face do passado e do futuro, defendiam a sua posição como confronto com a verdade nua, capaz de desfazer ilusões, miragens, exorcizar fantasmas. Razão pela qual o pai de Sérgio considera o esforço em apreender o presente como forma de espantar um falso tempo que enfraquece e engana os sentidos. Propõe-se, então, uma reconciliação com a realidade – entendida como um ente externo, onde habita a verdade inerente das coisas. Quando o garoto entra no colégio, a despir-se de suas ilusões infantis e domésticas, temos mais uma vez a encenação do encontro com a “realidade”:

“Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do *Ateneu*. Coragem para a luta”. Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regime do amor doméstico, diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso. Lembramo-nos, entretanto, com saudade hipócrita, dos felizes tempos; como se a mesma incerteza de hoje, sob outro aspecto, não nos houvesse perseguido outrora e não viesse de longe a enfiada das decepções que nos ultrajam¹⁴.

Ao conhecer o mundo, o menino cresce e sente saudades, inventa os “felizes tempos” do passado, desilude-se sem, no entanto, ser resguardado na “estufa” de carinho materno, descobre, enfim, as incertezas do tempo. Sozinho e em contato com a novidade trazida por ente exógeno e impositivo chamado realidade, o menino percebe que as ilusões perdiam lugar. Seu pai estava certo, era preciso ir à “luta”.

Em fins do século XIX e início do século XX, a oposição entre ilusão e realidade, que evocamos até aqui partir do romance de Pompeia, foi, também, mobilizada por outros letrados que, de diferentes formas, tratavam de situar o Brasil na ordem de um tempo progressista e civilizado.

Dissipar ilusões e dar a ver a realidade, essa foi a proposta de Sylvio Romero que, em janeiro de 1908, diagnosticou, tal como um psicólogo, aquele que, acreditava, era o maior entre todos os

¹³ KOSELLECK, Reinhart. **Op. cit.** p.288.

¹⁴ POMPEIA, Raul. **Op.cit.** p.30.

males brasileiros, a patologia das patologias, o flagelo dos flagelos, capaz de superar os efeitos nefandos da febre amarela, das secas do norte, dos rigores do clima tropical, das oligarquias ou da politicagem. Segundo ele: “o maior mal do Brasil (...) é pretendermos ser, como nação, como todo político social, o que não somos realmente” e assim, “darmo-nos a nossos próprios olhos uma superioridade, uma grandeza, um poderio, um progresso, uma cultura, um adiantamento, uns predicados quase sem par por ahi além entre as demais nações”. Expor esse descompasso imiscuído numa imagem progressista do Brasil constituía, segundo Romero, o difícil papel do crítico e psicólogo que tinha como missão expor uma farsa inconscientemente vivida, de modo a “desfazer miragens, reduzir phantasias, dissipar ilusões”. Tributário da verdade e consciente no meio da inconsciência coletiva (ingênua ou interessada), o crítico seria capaz de situar a fase vivida pelo Brasil na marcha do tempo da história universal, sem vergonha de evidenciar os seus atrasos, ao passo que a “instrução palavrosa, superficial, falsa, cheia de mentiras” continuava a alimentar a “dôce ilusão de que para nosso andar desassombrado no mundo, fazendo nelle a mais brilhante figura, não temos mais que copiar as constituições e leis dos povos mais cultos”¹⁵. Sendo assim, postulava-se que a “ilusão” de superioridade e a “cópia” das instituições de alhures inseriam o Brasil em um tempo que não era seu, a fantasiar um progresso que não lhe pertencia, a marchar imaginariamente para o futuro sem vencer o próprio atraso.

Não era outra a posição do Visconde do Uruguai que, em 1862, tratava a legislação imperial e a estrutura administrativa do estado como uma cópia servil dos regulamentos ingleses, franceses e americanos. A lógica mimética de *bricolage* caracterizava, para ele, toda a engenharia política e social brasileira, sem que as instituições criadas para fazer funcionar a engrenagem jurídica e administrativa correspondessem às experiências históricas concretas¹⁶.

Como dissemos anteriormente, a sensação de que havia um hiato entre o mundo prático, real, e as elaborações retóricas sobre o estado de coisas que se passava no Brasil pode ser observada nas críticas de Raymundo Nina Rodrigues em relação ao peso das teorias estrangeiras nos estudos de médicos brasileiros. Evocando a observação empírica rigorosa como instrumento de combate à compilação e à reprodução, o médico acreditava que a realidade nua, simples, defeituosa, sem disfarces retóricos e com seus defeitos deveria constituir o principal motor de trabalho dos jovens esculápios:

Condemnando os doutorandos a se servirem dos meios de observação de que dispomos e libertando-os da sugestão muitas vezes estéril dos pontos officiaes, estimamos que as dissertações de nossas theses possam descer um pouco das elevadas regiões teóricas em que se livraram as melhoras em benefício do estudo modesto, porém, mais proficuo da realidade que nos cerca”¹⁷.

¹⁵ ROMERO, Sylvio. **Provocações e debates** – contribuições para o estudo do Brasil social. 1910. p.102-5.

¹⁶ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. 1999, p.62-63.

¹⁷ NINA RODRIGUES, Raymundo. Variedade. In: **Gazeta Médica da Bahia**, 1890. p.372-3.

Do alto, do futuro, do progresso presente de outros, os doutorandos modelavam suas teses, sem observar a realidade “modesta” que os cercava. Por isso, segundo Nina Rodrigues a Sociedade de Medicina da Bahia não despertava interesse de seus sócios. Em agosto de 1892, Nina Rodrigues tratou nos seguintes termos a questão:

A verdade é que nós não trabalhamos e temos por isso o máximo interesse em conservar-nos n'uma penumbra prudente evitando os perigos da exposição à luz (...)

Não pode existir meio científico n'uma sociedade em que não há permuta de idéas, onde não se defende convicções científicas, onde cada qual limita-se a estudar apenas nos recessos de seus gabinetes, os meios de fazer uma adaptação forçada dos trabalhos que importamos do estrangeiro (...)

Fechem-se as sociedades científicas, supprima-se a imprensa médica, desprezem-se os frutos da observação clínica e não mereçam atenção os estudos práticos; mas tenhamos consciência do nosso atrazo (...)¹⁸.

Em vez de exibir uma imagem idealizada de “si” ou de “nós”, Nina Rodrigues evoca a confissão do *atraso* como forma de regular descompasso temporal entre o uso de teorias modernas e a ausência de uma vida científica no Brasil. A posição agressiva de Nina Rodrigues em relação à situação dos estudos práticos na Faculdade de Medicina da Bahia foi sintetizada em sua memória histórica de 1896, recusada pela Congregação no ano seguinte, na qual afirma: “O tema sofisticado de que fino champanhe requer taça de prata – não consegue mais iludir. (...) A taça de prata não transforma em puro vinho o vinho falsificado. Fraseado pomposo não encobre ignorância”¹⁹. Mais uma vez, o combate às ilusões e a apologia à realidade do atraso aparece para demonstrar que a retórica era utilizada como mecanismo para encobrir mazelas.

Em 1907, Sylvio Romero publicou um texto com o sugestivo título *Realidades e ilusões no Brasil* (1907), no qual constatava que o Brasil vivia em uma fase de “ilusionismo” e, por isso, se afastava da sua verdadeira rota para o progresso. Segundo ele: “É quase impossível fallar aos homens que dançam. Ébrios de prazer, alheios da realidade ambiente e envolvidos no vórtice das fascinações de momento, se julgam no melhor dos mundos”²⁰. Os ébrios, enganados pelo momento iriam sofrer as lições do tempo, das quais a crise econômica de 1892 era apenas um sintoma. Nesse ponto, a dimensão definida como deturpadora é o momento, com suas promessas de futuro fundadas na fantasia do progresso nacional. Motivo pelo qual, Romero elogia o “pessimista” inovador e crítico, representado pela geração de 1869 e 1889:

Mil vezes o santo pessimismo que não é cego diante das torpezas do presente, que tem a coragem de estigmatiza-las, sonhando com um futuro melhor. Este é o pessimismo orgânico e criador; é o *optimismo às avessas*: pessimismo por fóra,

¹⁸ NINA RODRIGUES, Nina. Noticiário – Sociedade Médica. In: **Gazeta Médica da Bahia**. 1891. p.94.

¹⁹ NINA RODRIGUES, Memória Histórica apresentada à Egrégia Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. **Gazeta Médica da Bahia**. 1976. p.14.

²⁰ ROMERO, Sylvio. As realidades e ilusões no Brasil. Op.cit. p.171.

dentro – optimismo renovador e salutaríssimo²¹.

A desilusão era, assim, capaz de assegurar o verdadeiro horizonte possível na medida em que conciliaria a nação com seu próprio tempo. É claro que há contrapontos a essa compreensão do pessimismo como otimismo às avessas. Nas refutações à memória da Faculdade de Medicina da Bahia em 1896, o médico Guilherme Rebello a classificou como libelo escrito “num momento de mau humor”, no qual Nina Rodrigues transpirava um “pessimismo mórbido” e “bilioso”. Segundo ele:

Disse o Snr. Dr. Nina em aparte ao Snr. Dr. Saraiva que a Memoria histórica não pode ser um panegyrico. Mas se não deve ser um panegyrico não deve ser o poste de execução summaria da honrabilidade e brios do professorado com detrimento da justiça e da verdade histórica. Como Flaubert e Zola, o autor da memoria buscou somente o lado máo das coisas para d’essa massa fermentada e cinzenta fazer o exposto exclusivo de sua Penna. Se é nocivo o optimismo não o é menos o pessimismo, verdadeiro estrabismo moral que desvirtua a obra do historiador maculando-a de suspeição e desmoralizando-o. Do historiador devem ser inseparáveis a verdade e a justiça, o critério e a imparcialidade²².

Em sua resposta o Dr. Rebello defendeu a incompatibilidade entre a posição “pessimista” do redator da memória e a realidade dos fatos. Para ele, interessava ao historiador exercitar sua vaidade pessoal a se distinguir dos outros e apresentar-se como “flôr solitária a boiar n’esse imenso mar morto”, no qual todos eram corrompidos²³. A Congregação não recebeu bem a memória e disso dá mostras o repúdio de Joaquim Saraiva contra “as referencias que julgou offencivas á honrabilidade, zelo e proficiência do corpo docente” e de João Cerqueira que “protestou contra todos os pontos da Memoria que se referiam á incompetência technica do professorado”²⁴. Por determinação regimental o redator deveria ater-se a descrição de fatos e primar pela neutralidade. Leia-se aqui, evitar fazer críticas aos pares, à instituição e à República.

Alfredo Ferreira de Magalhães, memorialista em 1912, atribuía ao documento a função de produzir a “história exata” daquele estabelecimento de modo a constituir-se em documento para o futuro. Sendo assim, era preciso criar uma imagem conciliadora e positiva para os futuros leitores. Foi com o intuito de regular a produção de tais memórias e evitar as opiniões contrárias à estrutura de funcionamento da instituição que, em 1871, os Estatutos da Faculdade passaram a prever as emendas da Congregação ao texto original e proibiam qualquer consideração sobre as ações administrativas do governo e da diretoria²⁵.

Todos os lados envolvidos no embate usavam a apologia à verdade como forma de legitimar

²¹ *Idem.* p.173.

²² Sessão em 9 de Abril de 1897, fls.181v-182.

²³ *Idem.* fl.84.

²⁴ *Idem.* fl.85.

²⁵ RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. **Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1824)**. p.25.

seus argumentos. Enquanto o memorialista de 1896 indagava a confiabilidade das fontes produzidas pela Congregação para falar de si mesma e, assim, acusava os seus colegas de esconderem a precariedade dos laboratórios, a inexistência de ensino prático e as relações de apadrinhamentos entre professores e alunos, de modo a “fazer justiça com a verdade” e dissipar enganos, a Congregação rejeitou a memória partindo da mesma lógica e protestava contra a parcialidade do redator que, por “ vaidade”, havia entrado em confronto direto com seus pares, tecendo-lhes críticas à moda de Zola e Flaubert.

Em 1976, o médico Renato Tourinho Dantas buscou reconciliação institucional com o morto Nina Rodrigues e publicou, na Gazeta Médica da Bahia, o texto rejeitado pela Congregação em 1897. Estácio de Lima escreveu o prefácio, no qual dizia “a História não pode ser lacunar” e advertia seus leitores de que era preciso cuidar do presente, visualizar o futuro, “sem esquecer, nem omitir o pretérito”. Para ele, era imperativo “corrigir as falhas” e suprir o “vazio” deixado pela recusa da Memória de 1896, até porque, em sua apreciação retrospectiva dizia não ter encontrado, naquelas páginas, nada que ferisse a dignidade da faculdade. Tratava-se de apaziguar a memória de Nina Rodrigues e a história daquela instituição de ensino, ou seja, exorcizar pela palavra impressa a lembrança do morto para situar os vivos no mundo.

Esse novo exorcismo do morto, que teria sido “mal interpretado” em seu tempo e merecia reconhecimento póstumo para que não houvesse rachaduras na memória da faculdade, se reencontra com outros tantos rituais de memória que atribuíam a Nina Rodrigues o lugar de fundador da Medicina Legal como especialidade e da antropologia sobre a população negra no Brasil. Herança dividida entre a busca por reforçar um legado e atualizar, em cada presente, o mito de fundação. Uma memória ritualizada em muitos suportes: os institutos médico-legais, grêmios literários, hospitais psiquiátricos, ruas e comissões de estudos receberam o nome de Nina Rodrigues; a partir da década de 1930 foram publicados dois livros póstumos (os Africanos no Brasil e As coletividades anormais) e outros títulos foram relançados.

No mercado editorial, os livros de Nina Rodrigues eram anunciados em impressos de ampla circulação que contribuíam para naturalizar, fora do mundo acadêmico, o seu lugar entre os principais autores nacionais. À guisa de exemplo, podemos citar dois jornais do Rio de Janeiro que divulgaram breves comentários e notas acerca dos livros de Nina Rodrigues ao lado de escritores como Machado de Assis e Monteiro Lobato, em páginas movimentadas, cheias de propagandas e informações rápidas sobre o cotidiano, esporte, política e economia: no dia 24 de Maio de 1935, o jornal *A noite* publicou, na seção de livros, um comentário sobre *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*, no qual definia o estudo como o primeiro “ensaio sério sobre o espiritualismo do negro”²⁶ e o *Última Hora* apresentou, na edição de 10 de fevereiro de 1955, uma pequena nota sobre a

²⁶ **A Noite**. p.7.

publicação das “páginas quase desconhecidas” de *A Tróia Negra* pela livraria Progresso, em formato de bolso²⁷.

Ao folhear a edição do dia 24 de junho de 1933, as leitoras ou leitores da revista *Fonfon* encontravam na seção *Escritores e Livros* uma nota elogiosa sobre a recente publicação de *Os Africanos no Brasil*, concluída da seguinte forma: “Apesar da distância dos annos, assignalada pelas datas em que a mesma foi escrita e a publicação, esta obra interessa como fonte magnífica de estudos e repositório de observações dignas do mais alto apreço”²⁸. Certamente, o mercado editorial brasileiro não podia gabar-se de possuir grande quantidade de leitores, no entanto, os assinantes e consumidores avulsos desses impressos, que não necessariamente liam os livros comentados e divulgados em suas páginas, podiam apropriar-se, ainda que superficialmente, dos autores escolhidos como principais nomes da literatura e da produção científica nacional. Essas escolhas editoriais estão conectadas com o movimento de produção de livros capitaneada pela associação entre as atividades das editoras e a influência exercida no ramo por estudiosos como Gilberto Freire, Arthur Ramos e Afrânio Peixoto, que se diziam herdeiros de Nina Rodrigues.

Sobre a construção do legado, cabe destacar que era preferível manter do “mestre” uma aproximação parcimoniosa e um distanciamento prudente, afinal os colecionadores de crânio e as teorias lombrosianas estavam fora de moda. Como afirma Mariza Correa, ao encontrar em Nina Rodrigues um começo, os seus autoproclamados discípulos situavam a si mesmos na história do pensamento social brasileiro²⁹. No entanto, esse pretérito não funcionava como exemplo, no sentido de retorno. Por isso, a recepção ao trabalho de Nina Rodrigues foi marcadamente caracterizada pela tentativa de retirar o peso das suas conclusões biológicas, por dois caminhos, não necessariamente excludentes: primeiro, seus principais comentadores passaram a defini-lo como um homem de seu tempo e que, portanto, precisava prestar deferência às teorias vigentes em sua época. Segundo, consideravam-no um estudioso prático que conseguira desenvolver pesquisas originais, mesmo com a influência da antropometria e craniologia. Era preciso articular o tempo do legado, da novidade e do futuro.

A passagem zigzagueante que fizemos, até aqui, pelo Ateneu, pela oposição entre ilusão e realidade durante o final do século XIX e início do XX, bem como pelas apropriações diversas operadas na construção de memórias sobre Nina Rodrigues, especialmente a partir da década de 1930, foram articuladas para colocar em discussão a impossibilidade de encontrarmos, em estado puro, as diferentes dimensões do tempo. Afinal, se a modernidade criou a transitoriedade progressiva do tempo laico, ela trouxe junto consigo os naufragos a tatear nas contingências do presente, situados precariamente entre um futuro inédito e um passado em disputa.

²⁷ **Última Hora**, p.3.

²⁸ **Fonfon**, p.62

²⁹ CORREA, Mariza. **As ilusões da liberdade** - a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 1998.

Bibliografia e fontes:

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Afredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

BRAUDEL, Ferdinand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. Vol I. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise – entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 1999.

CORREA, Mariza. **As ilusões da liberdade – a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 1998.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da História: a ordem do tempo. In: **Rev. de História**. 2003.

_____. **Regimes de Historicidade – presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed.PUC-Rio, 2006.

MORAES FILHO, Melo. **Curso de Literatura Brasileira ou Escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionais antigos e modernos**, 1895.

NINA RODRIGUES, Memória Histórica apresentada à Egrégia Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. **GMB**. 1976. P.14.

POMPEIA, Raul. **O Ateneu**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e verdade do historiador. In: SOLOMON, Marlon. **História, verdade e tempo**. 2011.

RIBEIRO, Marcos Augusto. **A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1924)**. Salvador: Ed.UFBA, 1997.

ROMERO, Sylvio. Nosso maior mal; Realidades e ilusões no Brasil. In:____. **Provocações e debates – contribuições para o estudo do Brasil social**. Porto: Livraria Chardon, 1910. p. 102-114; 170-188.

MANUSCRITOS E IMPRESSOS:

Actas das Sessões da Congregação da Faculdade de Medicina. Sessão em 9 de Abril de 1897, fls. 181-192v.

A Noite. Ano XXIV. Rio de Janeiro. 24 de Maio de 1935, p.7.

Fonfon. Ano XXVII, n.35, 24 de Junho de 1933. p.62.

NINA RODRIGUES, Raymundo. Variedade. In: **Gazeta Médica da Bahia**, 1890. p.372-3.

_____. Noticiário – Sociedade Médica da Bahia. In: **Gazeta Médica da Bahia**. 1891. p.95.

Última Hora, Ano IV, n. 1.107. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1955. p.3.